

## CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS NA MODALIDADE EAD (SÍNCRONA): UMA EXPERIÊNCIA PIONEIRA NA PMMT

*Sonia Cristina de Oliveira*<sup>78</sup>

*Anderson Luiz do Prado*<sup>79</sup>

*João Batista da Silva*<sup>80</sup>

**RESUMO:** Este artigo trata de um relato de experiência sobre a condução da Especialização em Gestão de Segurança Pública, *Lato Sensu*, Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAOEGSP) da Polícia Militar do Estado do Mato Grosso (PMMT), pioneiramente desenvolvido com aulas remotas e atividades síncronas, ofertado, implementado e gestado pela PMMT, em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT), tendo como discentes Oficiais Capitães dos estados de Mato Grosso, Paraná e Paraíba. O objetivo da proposta preconiza que esses Oficiais passariam por um processo de educação continuada para a aquisição de conhecimentos e habilidades inerentes às diferentes realidades sociais e, igualmente, preparação para o exercício de funções de Oficial Superior. Participaram do curso 58 Oficiais de ambos os sexos. Foram oito meses de aulas, no período de agosto de 2021 a abril de 2022. Com base nos temas trabalhados nas aulas, foram elaborados artigos científicos como produto, disponibilizando-se aos concluintes certificação que permite a ascensão ao posto de Major e titulação acadêmica de especialistas pelo IFMT. A experiência permitiu entender as peculiaridades e os desafios de um curso com aulas remotas em uma instituição que prima pela disciplina e hierarquia militar e educação eminentemente presencial.

**Palavras-chave:** Polícia Militar. Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Aulas Remotas. Relato de Experiência.

**ABSTRACT:** This article deals with an experience report on conducting the Specialization in Public Security Management, *Lato Sensu*, Course for the Improvement of Officers (CAOEGSP) of the Military Police of the State of Mato Grosso (PMMT), pioneered by remote classes and synchronous activities, offered, implemented and managed by PMMT, in partnership with the Federal Institute of Education, Science and Technology of Mato Grosso (IFMT), with Official Captains from the states of Mato Grosso, Paraná and Paraíba as students. The objective of the proposal is that these Officers would undergo a process of continuing education to acquire knowledge and skills inherent to the different social realities and, equally, preparation for the exercise of Senior Officer functions. 58 Officers of both sexes participated in the course. There were eight months of classes, from August 2021 to April 2022. Based on the themes worked on in class, scientific articles were prepared as a product, providing certificates to graduates that allow them to rise to the rank of Major and academic title of specialists by the IFMT. The experience allowed us to understand the peculiarities and challenges of a course with remote classes in an institution that excels in discipline and military hierarchy and eminently face-to-face education.

**KEYWORDS:** Military Police. Officer Training Course. Remote Classes. Experience Report

Recebido em 10 de maio de 2023

Aprovado em 17 de maio de 2023

78 Doutora e Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Psicologia e Pedagogia. Possui especializações em Psicopedagogia, Dinâmica de Grupo, Docência do Ensino Básico e Superior e Intervenção Psicológica na mediação e resolução de conflitos. Professora do ensino superior. Aplicadora do Curso de Mediação e Conciliação na Justiça Federal. Facilitadora de Círculo de Construção de Paz. Psicóloga efetiva no Estado, lotada na Secretaria de Estado de Segurança Pública SESP/MT na PMMT Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande/MT.

79 Tenente Coronel da PMMT. Curso de Formação de Oficiais pela Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande/MT. Graduado em Direito pelo Centro Universitário de Várzea Grande - MT (UNIVAG), especialista em Direito Penal e Processo Penal pela Escola Superior de Direito – Cuiabá/MT (ESUD) em parceria com Escola Paulista de Direito (EPD), especialista em Gestão de Segurança Pública pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAO), Especialista em Política Estratégia e Desenvolvimento Regional aplicado a Segurança Pública / Curso Superior de Polícia (CSP) com ênfase em Estudo de Comando e Estado Maior pela Academia de Polícia Militar Costa Verde em Várzea Grande/MT.

80 Doutor em Educação, Mestre em Ciências Sociais, Especialista em Polícia Comunitária, Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais (UFRN). Membro fundador do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP) e do Conselho Editorial da Revista deste Instituto (RIBSP). Atualmente é Major da PMRN, Chefe da Seção de Formação da Diretoria de Ensino da PMRN. É autor do livro **Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectiva**. Natal: Minibu, 2017. <https://orcid.org/0000-0002-3829-1822>. E-mail: [jbsbrown@yahoo.com.br](mailto:jbsbrown@yahoo.com.br). <http://lattes.cnpq.br/8617007915492517>

## 1 INTRODUÇÃO

Em 30 de janeiro de 2020, a OMS, declarou que o surto do novo coronavírus (COVID-19) constituía uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) – o mais alto nível de alerta da Organização, conforme previsto no Regulamento Sanitário Internacional. Em decorrência disso, um diferente cenário para o convívio social veio à tona e, no campo educacional não seria diferente, com foco em aulas remotas para manter o distanciamento social.

Essa decisão trouxe implicações em todas as relações, que precisaram se reinventar, neste caso, a educação, razão pela qual o curso foi implantado com ensino remoto. Conforme aponta De Freitas (2020), o ensino remoto é diferente da educação a distância, visto que se trata de uma solução temporária para continuar as atividades pedagógicas e tem como principal ferramenta a Internet.

Este relato traz a experiência da implementação e gestão do primeiro Curso de *Aperfeiçoamento de Oficiais* (CAO) da Polícia Militar do Estado de Mato Grosso ofertado na modalidade de ensino remoto, um desafio para a instituição que oferta os cursos de formação inicial e continuada ancorados nos princípios de disciplina e hierarquia e, eminentemente presencial - salvo raras exceções -, sendo também outros entraves a ausência de suporte tecnológico, Internet com conexão ruim na instituição e falta de familiaridade de muitos docentes e discentes com cursos que usam a Internet como ferramenta indispensável.

Contextualizando melhor, o CAO é um curso de atualização e ampliação de conhecimentos técnicos profissionais ofertado para Capitães, que os habilita para o exercício de funções de Oficial de Estado-Maior e funções de Oficial Superior, e, logo após o curso, esses Capitães são promovidos a Major, o primeiro posto de Oficial Superior na carreira de oficialato, sendo, portanto, um curso que faz parte da progressão de carreira, pré-

requisito para ascensão, e é ofertado originalmente na modalidade presencial.

Em abril de 2021, a instituição constatou a demanda, com certa urgência, em função da data de promoção dos Capitães, tendo necessidade imperiosa a oferta do CAO, no entanto, o país se encontrava-se em plena pandemia causada pelo coronavírus (COVID-19) e, com as atividades sendo redirecionadas, todas as que foram possíveis, para o atendimento remoto, logo surgiu a sugestão da oferta com o ensino remoto para manter o distanciamento social e, em simultâneo, os estudos dos Oficiais.

Muitas dúvidas, inseguranças e interrogações surgiram por parte da instituição, sobre como seria a qualidade, como lidar com a hierarquia e disciplina e, por fim, como garantir inclusive as peculiaridades do Ensino Militar. Então, para responder aos questionamentos, nos debruçamos em leituras em busca de conceitos e aportes teóricos que dessem sustentação à proposta.

Tínhamos tomado a primeira decisão de que não gostaríamos que o curso fosse a distância, que se baseia na separação física e, por vezes, temporal entre discente e docente. Partimos da premissa de que não iríamos renunciar à interação, ao encontro e às aulas dialogadas por meio de uso de metodologias ativas. As metodologias ativas dão ênfase ao papel protagonista do aluno, ao seu envolvimento direto, participativo e reflexivo em todas as etapas do processo. (BACICH, MORAN, 2018, p. 41).

Nesse contexto, apoiamos-nos em Moreira e Schelemmer (2020) para entender o conceito de ensino remoto adotado. Para os autores, o ensino remoto é similar à aula remota, uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico dos atores envolvidos em diferentes níveis de ensino, no mundo todo, *in casu*, em função das restrições impostas pela COVID-19. Existe distanciamento geográfico, mas, defendem os autores, **privilegia-se que a aula ocorra num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino**

**presencial, o que pode propiciar a interação e troca de conhecimentos em tempo real (p.9).** (grifo nosso).

Com base no conceito de ensino remoto, construímos uma proposta com a elaboração de Projeto Pedagógico de Curso (PPC) em parceria com o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT). A proposta, neste caso, a *Especialização em Gestão de Segurança Pública*, na modalidade presencial, por intermédio de aulas remotas, seguiu algumas diretrizes de Regime de Exercício Domiciliar (RED), normatizado por portaria do IFMT, que disciplina o ensino remoto, e, igualmente, seguiu os regulamentos de cursos militares.

A oferta se justificou na implantação amparada na demanda levantada pela Polícia Militar e teve apoio no Termo de Cooperação n.º 0204/2020/SESP/MT, celebrado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Segurança Pública (SESP) do mesmo Estado.

Este artigo, portanto, tem por finalidade relatar a experiência dos autores na condução deste curso, remoto e pioneiro, na Polícia Militar do Estado de Mato Grosso, *Especialização em Gestão de Segurança Pública Lato Sensu*, equivalente ao Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais (CAOEGSP) da PMMT, no período de agosto/2021 a abril/2022, desenvolvido com aulas remotas e atividades síncronas, previamente fixados pela coordenação do curso, na qual, procurou-se preservar a identidade dos alunos, todos Oficiais Capitães do Estado de Mato Grosso, Paraná e Paraíba, sendo de responsabilidade da PMMT a implementação e gestão do referido curso.

Ao final, o curso teve como produto artigos científicos com temas de interesse da Segurança Pública e certificado de acesso à promoção ao posto de Major. Por meio deste relato, buscamos entender as peculiaridades, possibilidades e os desafios de um curso com aulas remotas em uma instituição que prima pela disciplina e hierarquia militar e, sobretudo, pelo ensino na modalidade

presencial, especialmente pela especificidade do formação policial-militar. (SILVA, 2017)<sup>81</sup>.

Na trajetória, tivemos que entender algumas indagações. É possível a implementação e gestão de um curso de ensino remoto em uma instituição que prima pela disciplina e hierarquia e cursos de educação profissional, na modalidade presencial? Quais estratégias poderão facilitar o monitoramento e retorno do processo e da aprendizagem? Ao longo desse trabalho, vamos descrever a nossa experiência, os anseios e até mesmo nossos medos. Faremos um relato com todos os passos, na medida do possível, numa sequência cronológica, organizada.

Em relação à metodologia adotada, buscamos enfatizar o protagonismo dos discentes na construção do conhecimento por meio de diversos meios no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como fóruns, tarefas, pesquisas, seminários e outros previstos pelos docentes no plano de ensino, como a sala de aula invertida, que privilegia estudar os conteúdos previamente, antes do encontro na sala de aula, igualmente, priorizar as dúvidas e reflexões acerca do tema discutido.

Este relato aborda desde os primórdios do curso até o final. Portanto, está organizado com uma parte de descrição do caso e análises, momento que, além de fazer relato, dialogamos com autores e fazemos algumas inferências e, por fim, as considerações finais e referências.

## 2 DESCRIÇÃO DO CASO E ANÁLISES

81 Este autor, em que pese fazer uma abordagem da formação policial-militar do soldado PM, faz uma incursão etnográfica acerca de como se dá esse processo formativo, que de acordo com a pesquisa, ocorre por meio de uma segunda socialização, que de forma presencial, a partir do currículo oficial, mas também, *do oculto*, molda gradativamente as formas de *agir e de pensar*, do futuro profissional de segurança pública. Por analogia, na formação e aperfeiçoamento do oficial de polícia, o caráter eminente dos cursos presenciais tem, além da proposição educacional no aspecto técnico, o da manutenção e da reificação da cultura e da identidade profissionais.

Mesmo com a demanda crescente de cursos a distância, seja pela facilidade de acesso, pelo custo baixo, pela flexibilidade de horário ou ainda pela possibilidade de acesso dos conteúdos à distância, optamos a princípio, após diálogos e algumas reflexões pelo ensino remoto, para evitar a ausência de interação entre todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, adotando assim, aula remota, em tempo síncrono, seguindo os princípios do ensino presencial com foco em qualidade, presença, troca de conhecimentos e experiências entre todos, em tempo real.

Na sequência, para darmos continuidade, fizemos uma agenda de trabalho com o IFMT, fomos recebidos na Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da instituição com a finalidade de expor a necessidade da oferta do Curso de Especialização em Gestão de Segurança, numa parceria entre as instituições.

Dialogamos em reunião sobre a possibilidade da parceria, tendo em vista a importância do curso na carreira dos Oficiais, para fins de promoção e ascensão institucional, igualmente, propiciar atualização técnico-profissional, concebida como uma ação educativa na carreira, um processo em que o Oficial passaria por um momento de educação continuada para a aquisição de conhecimentos e habilidades inerentes às diferentes realidades sociais e, igualmente, preparação para o exercício de funções de Oficial Superior.

Na reunião, ficou acordado a construção do PPC pelas duas instituições construir o PPC. Com base nos princípios norteadores explicitados na LDB n.º 9394/96 e no conjunto de leis, decretos, pareceres e referências curriculares que normatizam a Educação Profissional Técnica e Tecnológica na Rede Federal de Ensino e na Matriz Curricular Nacional para ações formativas dos profissionais da área de Segurança Pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública/SENASP, igualmente lei de ensino da PMMT, em outras palavras, o PPC contempla as recomendações técnicas e legais do IFMT, bem como, respeita e insere as

particularidades do Ensino Militar, este previsto e definido no artigo 83 da LDB.

O PPC previa que, ao final do curso, como resultado, houvesse o certificado de Pós-Graduação lato sensu, especialistas em Gestão de Segurança Pública, Habilitação de Oficiais Intermediários à promoção ao posto de Major e a produção de artigos científicos, devidamente norteados dentro das áreas temáticas de interesse da Segurança Pública, bem como com o rigor metodológico para a submissão junto à Revista Científica Homens do Mato e/ou outras revistas científicas.

Decorrido o prazo necessário de trâmite no IFMT, recebemos o parecer n.º 1/2021 - RTR-CONSEPE/RTR/IFMT com a conclusão: voto pela aprovação do projeto pedagógico do curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão de Segurança Pública como parte do aperfeiçoamento de Oficiais – CAO da Academia Costa Verde da Polícia Militar de Mato Grosso - CAO/EGSP/PMMT/2021. Neste momento, já haviam sido instituídas as coordenações pedagógicas do curso. Por sugestão do IFMT, tivemos uma coordenação pedagógica para cada instituição<sup>82</sup> que, ao longo do curso, trabalharam com efetivo diálogo.

Os dois coordenadores construíram e fizeram os ajustes necessários no PPC, para atender às exigências do IFMT e as questões que envolvem o Ensino Militar. Ao final, registrou-se o Curso de Especialização em Gestão de Segurança Pública Lato Sensu – Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais – CAOEGSP/PMMT/2021. Área de conhecimento, Administração – Administração Pública – Código 60202009 – CAPES/CNPq. Instituição Proponente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e Polícia Militar do Estado de Mato Grosso (PMMT/APMCV). Natureza do Curso: Especialização Lato Sensu, na Modalidade Presencial/atividades remotas. Duração mínima de

<sup>82</sup> Professora Dra. **Sonia** Cristina de Oliveira PMMT/APMCV e professor Dr. **Adriano Breunig** IFMT.

6 (seis) meses para integralização, tempo máximo pré-determinado de 12 meses. Carga horária de 520 (quinhentas e vinte) horas com previsão de 60 vagas, sendo todas as disciplinas obrigatórias no período matutino e as atividades complementares, conforme planejamento da coordenação. Por fim, o local de gerenciamento foi a APMCV, por meio de aulas remotas e com algumas diretrizes do RED83 do IFMT.

A partir de Moreira e Schlemmer (2020), nos debruçamos para entender o conceito de ensino remoto adotado. Para os autores, o ensino remoto é similar à aula remota, uma modalidade de ensino que pressupõe o distanciamento geográfico dos atores, envolvidos em diferentes níveis de ensino, no mundo todo, em função das restrições impostas, neste caso, as motivações sanitárias impostas pela COVID-19. Existe distanciamento geográfico, mas, privilegia-se que a aula ocorra num tempo síncrono, seguindo princípios do ensino presencial, o que pode propiciar a interação e troca de conhecimentos em tempo real. Nessa perspectiva, como defendido Silva por (2017), em uma formação peculiar - inicial ou continuada -, o processo formativo policial-militar é diferenciado, dado, sobretudo pela sua especificidade, sendo, portanto, um habitus e um campo, só no meio militar, possível. (SILVA JÚNIOR; RONDON FILHO; SILVA, 2022, p. 180-182).

Era importante distanciar-se do conceito de ensino a distância, que, segundo os autores supracitados se baseia num conceito muito simples, na separação física e, por vezes, temporal entre docentes e discentes. Assim, a partir da perspectiva teórica, da demanda institucional de manter e consolidar sua cultura organizacional, mas sobretudo a cultura identitária policial-militar, necessariamente o formato mais adequado a essa

complexidade formativa era a de aulas remotas e síncronas, como será detalhado.

O curso foi construído no PPC e, além do conceito de ensino remoto, foi pensado o protagonismo do discente e, para isso, algumas orientações ocorreram no encontro pedagógico dos professores, que teve como meta a capacitação, a atualização e as orientações com a coordenação pedagógica, feita em ambiente virtual pela plataforma GoogleForms. Neste encontro pedagógico, enquanto a APMCV centrou nas informações, orientações e normas condizentes com o curso, o IFMT apresentou o Ambiente Virtual de Aprendizagem e as suas possibilidades.

O encontro foi um momento em que corpo docente, a coordenação e outros envolvidos na gestão puderam se conhecer e dialogar, antes do início do curso, bem como uma forma de incentivar e garantir um espaço de sugestões, contribuições e ajustes das ementas, plano de ensino e propor algumas ações pedagógicas com base em diretrizes do PPC e regulamento do curso, em outras palavras, um espaço reflexivo e dialógico para que os professores pudessem conversar, ajustar ementas, elaborar o plano de ensino e se apropriar das informações básicas de desenvolvimento do curso e da disciplina.

Para promover o ensino com protagonismo do discente, dialogamos com as metodologias ativas, para incentivar o docente a distanciar-se das aulas puramente expositivas e pensar que as práticas pedagógicas não ocorrem somente em sala de aula, este não é mais o único local para se desenvolver uma aprendizagem significativa.

Para Gonçalves (2020, p 24), as teorias tradicionais se resumem em transmitir o conhecimento inquestionável e as teorias críticas e pós-críticas buscam questionar o porquê de se trabalhar determinados conhecimentos e não outros, tentando desvelar a ideologia oculta sob a neutralidade científica. O PPC propunha que os discentes fossem participativos e não passivos ao ouvir as aulas no ambiente virtual.

83 Instrução Normativa nº 009, de 19 de agosto de 2020. Orienta procedimentos quanto à execução do regime de exercício domiciliar no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT e dá outras providências, em conformidade com a lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Para tentar amenizar o impacto das aulas expositivas com discentes totalmente ausentes, apostamos na ideia das metodologias ativas. De acordo com Souza, Vilaça e Teixeira (2020), elas podem trazer benefícios por meio do aprendizado atrativo, dinâmico e inovador, tendo como finalidade incentivar os alunos aprenderem de forma autônoma, participativa e, desse modo, superar as limitações dos modelos tradicionais. Com uso de metodologias ativas, os discentes interagem uns com os outros, trocam conhecimentos e experiências sobre determinado conteúdo com a intervenção do docente, que são facilitadores das discussões e aprendizados sobre o tema, seja dentro da sala de aula presencial ou online.

Na proposta, fizemos um esforço no sentido de discentes e docentes superarem modelos tradicionais, com aulas estreitamente expositivas, em que o aluno é passivo, com atitudes de apenas ouvir, memorizar e repetir os conteúdos apresentados. Neste sentido, a coordenação dialogou com alguns docentes para que pudessem fazer ajustes no plano de ensino e proporcionar aulas mais dinâmicas e dialogadas.

Nas palavras de Brito (2020), algumas práticas pedagógicas se enquadram dentro das metodologias ativas e contribuem para afastar-se da memorização, que são: o ensino híbrido, sala de aula invertida, aprendizagem por pares, aprendizagem baseadas em problemas e aprendizagem baseada em projetos.

O Ensino híbrido pode ser considerado como um procedimento que destaca a mistura, a flexibilidade, o compartilhamento de espaços, tempos, atividades, técnicas e tecnologias que auxiliam em momentos presenciais e outros que ocorrem a distância e são realizados com o suporte de tecnologias, logo não foi proposta do curso.

A aprendizagem baseada em problemas, por exemplo, utiliza situações-problemas como ponto de partida para construção de novos conhecimentos. Em grupo, são buscadas soluções

para resolverem questões do mundo real e o discente se torna o protagonista, observamos que poucos docentes conseguiram.

Na aprendizagem baseada em projetos, os discentes participam de ações reais, que permitem que eles confrontem as questões e os problemas do mundo real que consideram significativos e planejam como abordá-los e agem de forma cooperativa em busca de soluções, processo que permite reflexão, feedback, autoavaliação, avaliação por pares, discussão com outros grupos.

A aprendizagem por pares, por seu turno, parte do princípio de que os discentes vão ensinar e aprender juntos e pode ser motivadora. Nela, o docente precisa apresentar um tema, discutir, coordenar, questionar e fazer as discussões final com os alunos.

Na sala de aula invertida, os alunos estudam determinados conteúdos em casa, antes da aula presencial ou virtual, e levam para o encontro na sala de aula as dúvidas e reflexões acerca do tema abordado. O professor identifica se o conteúdo foi estudado, aprendido e se deve avançar ou retroagir no tema proposto para aquela aula. É necessário, portanto, engajamento do discente e resgate das atividades, de maneira que os discentes percebam que, ao estudarem tal tema em casa, tiveram possibilidade de compreender e avançar em determinado assunto.

Observamos que a aprendizagem por pares e a sala de aula invertida foram o carro chefe dos docentes, inclusive aparecem na metodologia em alguns planos de ensino<sup>84</sup>, exemplo: o componente curricular será desenvolvido na modalidade de ensino remoto por meio de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) com a utilização da metodologia de sala de aula invertida, (a partir da segunda aula) com atividades síncronas e assíncronas. Na metodologia de sala de aula invertida, a teoria, os objetos de conhecimento, os conceitos, os fenômenos e os fatos são estudados

<sup>84</sup> Preservamos no anonimato a identificação docente responsável pela elaboração do plano.

em casa, no formato on-line, e o espaço da sala de aula será utilizado para discussão, resolução de atividades, esclarecimentos de dúvidas e outras propostas[...]para garantia da aprendizagem é fundamental que cada acadêmico tenha uma rotina definida de estudos. Tenham um rigoroso planejamento e método de estudo.

Em outro plano de ensino é explicado que o processo de ensino-aprendizagem se dará em ambiente virtual, com aulas expositivas e dialogadas, mediadas pelo docente com vistas ao aprendizado ativo, cooperativo e colaborativo, por meio de tecnologias de interatividade e comunicação síncrona. O docente fará abordagem interdisciplinar dos conteúdos, uso de material didático de apoio e de atividades práticas e estruturadas/trabalhos que permitam a articulação entre teoria e prática [...] visando estimular a apropriação crítico-reflexiva dos conteúdos e a troca de experiências, em atenção à realidade institucional e dos participantes.

Este terceiro exemplo de plano de ensino afirma estimular o debate em sala de para relacionar as teorias/conceitos/categorias com as experiências e conhecimentos práticos dos estudantes. Aulas expositivas-dialogadas, leituras e apresentação de textos, seminários e debates em aula, exercícios de sínteses dos autores estudados [...].

Mediante os exemplos, é possível diagnosticar que existiu esforço dos docentes para que os discentes não fossem passivos e ouvintes - meros expectadores<sup>85</sup> - de aulas expositivas em

ambiente virtual, mas que houvesse conversas com os pares; discussões e interações constantes com os colegas. O professor, ao utilizar essas estratégias, passa de transmissor e centralizador do conhecimento para um mediador, facilitador e estimulador, no sentido de provocar avanços com propostas diferenciadas.

Todo esse processo não foi e não é uma tarefa fácil, fazer a transposição para a prática, sobretudo, porque os desafios são muitos para docentes e discentes, ambos aprendendo novas formas de se relacionar num mundo conectado, presentes e, ao mesmo, tempo distantes fisicamente, realidade esta que já vem sendo estudada em outras polícias, seja no Brasil ou em outros países com similaridades no processo formativo profissional policial. (COTTA, 2022).

Ao longo do processo, observamos alguns desafios por parte dos docentes, alguns sendo familiarizados com atividades em ambiente AVA, alguns pelo fato do ensino ser presencial, com a aula remota, mantiveram o sistema de apresentação de slides com pouco espaço para o diálogo e interação e, por fim, a coordenação percebia a tendência tradicional ou não, quando recebia o plano de ensino, por exemplo, constatar na metodologia que as aulas seriam expositivas sem nenhuma referência a outra técnica dialógica e interativa. Contudo, por outro lado, muitos docentes previam em sua metodologia seminário em grupo, sala de aula invertida e incentivavam o estudo do conteúdo antes da aula e o diálogo com os colegas.

Os desafios por parte dos discentes não são muito diferentes. Tivemos questões desde ações aparentemente simples, exemplo: professora me ensina entrar no link, me ensina criar um link, somado ao fato que muitos tinham a expectativa de literalmente ouvir aulas no ambiente virtual sem envolvimento, inclusive, muitas vezes, com a câmera fechada. Neste sentido, alguns

contam com o interesse e a motivação do respectivo aluno(a).

85 O AVA é uma ferramenta extremamente importante no contemporâneo processo formativo de qualquer profissional, contudo, se não for bem gerenciado pelo docente, pode se tornar um complicador, dado que, com os diversos recursos disponíveis nos modernos aparelhos multimídia, por meio dos quais é possível assistir aulas remotas, mesmo nas síncronas, os discentes podem ficar - e ficam - ausentes, deixando meramente os aparelhos ligados, inclusive com papel de parede, de fotos em tempo real. Ou seja, mesmo com todo esforço que possa ser empreendido pelo docente, seu domínio não apenas dos aspectos teórico-conceituais das disciplinas, mas também a criatividade para manter a atenção discente é primordial para o êxito das aulas remotas, mesmo as síncronas, mesmo porque as aulas assíncronas, quando assistidas, já

discentes procuraram a coordenação pedagógica para pontuar observações, como essa, o professor fulano de tal não que dá aula, pois ele manda os alunos lerem, estudar e apresentar para os colegas o conteúdo. Em alguns momentos, explicamos que essa era de fato a proposta, o envolvimento, a presença e o protagonismo mesmo no ambiente virtual, por isso, a proposta do docente de sala aula invertida, seminários e outras atividades que exigem leituras e estudos antes do encontro e depois o compartilhamento daquilo que foi aprendido para ajudar no aprendizado e evitar memorização.

Por fim, não tínhamos o objetivo de desqualificar aulas expositivas. Respeitamos e pontuamos o seu valor, mas a experiência ensina que apostar em participação, envolvimento e protagonismo dos discentes torna o aprendizado significativo, somado ao desenvolvimento de habilidades, como falar em público, comunicação, respeito por opiniões diferentes e outras ao trabalhar em grupo.

Vamos retomar o PPC do curso, que previa Atividades Complementares (AC) e Artigo Científico, duas atividades pilares do curso. As AC envolvem atividades didático-pedagógicas com objetivo de enriquecer o processo de ensino-aprendizagem e privilegia a complementação da formação social e profissional dos Oficiais. As AC ocorreram por meio de palestras, workshop, cursos e componentes curriculares ministrados com objetivo de aproximar os estudantes da realidade social, local e nacional e, igualmente, apresentar assuntos relevantes no âmbito da Segurança Pública com foco na realidade do Estado de Mato Grosso e outros estados.

Ao longo do curso, a coordenação planejou palestra em aula inaugural, encontro pré-curso para compartilhar informações sobre regulamentos e funcionamento do curso denominado Semana Acadêmica, Seminário sobre Metodologia da Pesquisa, um pré-curso antes da disciplina de metodologia científica com a presença de Oficiais,

com expertise nessa área<sup>86</sup>, palestra sobre Inteligência de Segurança Pública, Mesa Redonda: A Polícia do Século XXI: a interação com os Juizados Especiais<sup>87</sup> e a obrigatoriedade de participação nas bancas de qualificação como participante e ouvinte e, por determinação superior, do comandante geral, participaram do Workshop Simplificando o SIGADOG<sup>88</sup>.

A AC abarcou desde as informações pedagógicas de funcionamento do curso, até as palestras, os seminários e as participações nas bancas de qualificação, que contou com uma carga horária de 40 horas, sendo obrigatória a presença de todos em todas as bancas.

Conforme autoria dos conselheiros José Carlos Almeida da Silva e Lauro Ribas Zimmer, que propõem as diretrizes curriculares nacionais para os cursos de graduação em administração, consideramos a definição a mais assertiva para as AC trazida no Parecer CES/CNE nº 134/2003, (BRASIL, 2003), cujo texto diz:

As Atividades Complementares, por seu turno, devem possibilitar o reconhecimento, por avaliação, de habilidades e competências do aluno, **inclusive adquiridas fora do ambiente escolar**, hipóteses em que o aluno alargará o seu currículo com experimentos e vivências acadêmicos, internos ou externos ao curso, **não se confundindo estágio curricular supervisionado**, com a amplitude e a rica

86 Dr. **João Batista** da Silva, Dr. **Azor** Lopes da Silva Júnior e Dr. **Edson** Benedito Rondon filho, todos policiais (militares) pesquisadores e docentes no Campo da Ciências Policiais, com obras citadas ao longo do texto. Esses docentes são membros fundadores do Instituto Brasileiro de Segurança Pública (IBSP), instituição sem fins lucrativos de pesquisa e fomento nesse campo do saber, cujo acesso é aberto e pode ser feito por meio do endereço <https://ibsp.org.br/>, no qual, além de obras próprias e de outros membros, também disponibiliza o site da Revista do Instituto (<https://revista.ibsp.org.br/index.php/RIBSP>).

87 Coordenador da mesa, Dr. Azor Lopes da Silva Júnior – CEL RR PMSP. Palestrantes, Major **Valter** Ribeiro da Silva – PMPR, Cap **Arthur** Merlim Rodrigues Major – PMMT, aluno no curso e o Juiz de Direito do Juizado Especial Criminal Cuiabá/MT Dr. **Aristeu** Dias B. Vilella.

<sup>88</sup> Sistema Integrado da Gestão Administrativa Documental

dinâmica das Atividades Complementares (BRASIL, 2003, p. 6). Negrito nosso.

As AC também conhecidas como horas complementares ou extracurriculares foram criadas pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do parecer n.º 67 do CNE/CES, com a finalidade de garantir que o discente tenha acesso a outras fontes de conhecimentos. Neste sentido, o PPC considerou relevante constar e propiciar aos acadêmicos.

Para a realização do Artigo Científico, atividade acadêmica obrigatória, foram ofertados para os discentes um curso de metodologia científica na semana acadêmica, uma palestra que tinha como tema: *A pesquisa enquanto elemento formador dos profissionais da segurança pública e a divulgação de saberes científicos como requisito essencial no aprimoramento institucional*, a disciplina de metodologia científica, que subsidiou a elaboração do projeto de pesquisa e orientador(a) ao longo do percurso da pesquisa até a banca de qualificação e banca de defesa, por fim, para finalizar o projeto de pesquisa teve envio para o comitê de ética do IFMT.

O envio para o Comitê de Ética foi uma ação pioneira e desafiante, pois poucos discentes tinham essa vivência e conhecimento, exceto aqueles que tinham a experiência de pesquisa ou curso *stricto sensu*, que compreendem programas de mestrado e doutorado, concluído ou em andamento. Sobretudo, na regulamentação do TCC<sup>89</sup> continha a seguinte determinação, *projetos de pesquisas que envolvam investigação com seres humanos precisam atentar-se (discente e orientador) para o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE. Atentar-se para as orientações e procedimentos em pesquisas em ambiente virtual, presencial e enviar ao comitê de ética em pesquisa com seres humanos, previsto no projeto de curso.*

Sendo outra preocupação da coordenação que as pesquisas abarcassem as dimensões *logos*,

89 Os cursos de formação inicial ou aperfeiçoamento, apresentam Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) nesta proposta denominado Artigo Científico.

*ethos e páthos*, tarefa que não é fácil, mas importante na construção científica. As reclamações foram e são constantes, sobre o rigor das questões metodológicas, sobretudo de formatação. Como explica Rondon filho (2022), *quem faz a crítica, desconhece a dimensão páthos que é como apresenta o seu trabalho, aquilo que você produziu enquanto ciência*. Esta tem três dimensões: *logos, ethos e páthos*.

O *ethos* está voltado mais para a questão ética, envolve plágio, autoplágio, bioética, o como fazer e quais as limitações de aplicação e até mesmo de mobilização do sujeito. O *logos* está na dimensão da construção do conhecimento, uma questão mais ligada à epistemologia. E o *páthos* é a parte que envolve a formatação, ABNT, e isso faz parte do conhecimento científico, uma dimensão que muitas vezes é desprezada, minorada. Mas não pode ser deixada de lado. (RONDON FILHO, 2022).

Com essas balizas conceituais e o intento dos artigos científicos serem profícuos, porque seriam produzidos por Oficiais que possuem experiência como observadores participantes, ou seja, vivem há algum tempo os problemas de segurança pública e lidam com questões que emergem do dia a dia, era imperioso que produzissem pesquisas com qualidade, somado ao fato que, no dia 8 de junho de 2020, foi homologado o parecer CNE/CES n.945/2019, que reconheceu as Ciências Policiais como uma área do saber<sup>90</sup>, conforme publicado no Diário Oficial da União de 9 de junho de 2020, o Ministério da Educação e Cultura reconheceu uma área de conhecimento que existe há muito tempo, mas que os saberes produzidos na

90 Acerca desse reconhecimento, Batista da Silva e Benedito Rondon Filho (2021) fazer um trabalho minucioso de esclarecimento desse campo do saber - a Ciência Policial - sobretudo diferenciando-o do campo de saberes da Defesa e Militar. Para aprofundamento ver: BATISTA DA SILVA, J. .; BENEDITO RONDON FILHO, E. . Nota técnica: Ciências Policiais no Brasil. *Vigilantis Semper - Revista Científica de Segurança Pública - e\_ISSN 2764-3069 | ISSN 2764-5908*, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 159-166, 2021. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/articl e/view/41>. Acesso em: 13 maio. 2023.

segurança pública, em especial na Polícia Militar, carecem de melhor sistematização e visibilidade.

Neste sentido, a proposta do curso considerou que é importante que as instituições formadoras dos agentes de segurança pública incentivem a pesquisa e organizemos saberes produzidos em artigos científicos que levem em conta o rigor metodológico para pleitear a publicação em revistas de notoriedade no campo científico, somado ao fato que essa atividade de divulgação fortalece o campo das ciências policiais com pesquisas feitas pelos próprios agentes.

O PPC elevou o Artigo Científico e definiu que seria realizado em dupla e a constituição de trio se daria apenas em caso de número ímpar da turma, sendo a construção do projeto de pesquisa um pré-requisito obrigatório. As duplas deveriam fazer a apresentação em banca de qualificação remota, com a presença do professor da disciplina de Metodologia Científica e a composição da banca e, posteriormente, defesa em sessão pública remota.

Elaboramos normativa denominada *Diretrizes para elaboração e formatação do artigo*. A banca para qualificação e defesa foi composta por quatro avaliadores da seguinte forma: orientador(a), avaliador(a) convidado pelo discente/orientador(a), avaliador(a) convidado pela coordenação pedagógica e o professor da disciplina de metodologia, sendo a escolha do tema do projeto e orientador(a) de responsabilidade de cada discente.

O Artigo Científico não foi uma disciplina, mas componente curricular obrigatório previsto no PPC, que deveria demonstrar, de forma sistematizada, os resultados de uma pesquisa, sendo, por fim, todas as particularidades foram previstas na normativa.

Sobre a qualificação, a coordenação pedagógica da APMCV, em parceria com o professor da disciplina de metodologia científica, organizou as bancas com respeito às normas instituídas. Primeiro, cada dupla de discentes convidou um avaliador(a) e, depois, a instituição convidou outro avaliador(a), com especial atenção à titulação de mestre ou doutor, com certo domínio

do tema. Ao final, a banca ficou composta pelo professor de metodologia científica, que teve duplo papel nas bancas, fazer a coordenação e ser avaliador, pelo(a) orientador(a), pelo(a) convidado(a) da academia e pelo(a) convidado(a) dos discentes pesquisadores, enfim, quatro avaliadores.

Neste processo de qualificação, observamos que a presença do professor de Metodologia Científica, um docente doutor<sup>91</sup> com vasta experiência em pesquisa e em Segurança Pública foi um diferencial. Ele conhecia todos os projetos, cujos primórdios da construção ocorreram na sua disciplina, logo, pode fazer muitos *feedbacks* de avanços e sugestões de melhorias.

A gestão do cronograma da qualificação foi feita na seção de ensino, sob a liderança da coordenação pedagógica, mas o professor de metodologia, que fez a coordenação das bancas, pôde colaborar e dar sugestões. Todos os componentes receberam o cronograma com dia, horário, título do trabalho e tempo da apresentação com antecedência, isso possibilitou inclusive ajustes para alguns avaliadores e, por fim, foi obrigatória a participação de todos os discentes em todas as bancas no período matutino remoto, que durou mais de uma semana.

A banca de defesa foi a mesma da qualificação, sendo dada prioridade à permanência das bancas, para que houvesse continuidade do trabalho e os avaliadores terem a possibilidade de verificar o avanço e o aprimoramento do artigo científico, mas, no impedimento de um avaliador de comparecer à banca de defesa, a coordenação do curso, em conjunto com o orientador, poderia convidar outro(a) avaliador(a).

A gestão do cronograma de defesa foi feita na seção de ensino, sob a liderança da coordenação pedagógica, que, na sequência, fez a coordenação de todas as bancas, que ocorreram no prazo de uma semana, com defesas em período integral, em seção pública aberta e remota, para convidados e integrantes, mas a obrigatoriedade dos discentes

91 Pós-doutor **Gabriel Rodrigues Leal** – Ten Cel PMMT

eram apenas com a defesa, não era obrigatório assistir e ouvir as bancas dos colegas, facultado a presença.

A organização do cronograma e todo o diálogo com as bancas foram feitos pela coordenação pedagógica, mas a presidência das bancas foi do(a) orientador(a), que pode colaborar e dar sugestões.

Na qualificação, não houve atribuição de notas, foi um momento de aprimoramento e discussão do tema, contudo, na defesa, foi atribuída a nota proferida pela banca e a ata redigida pelo(a) presidente da banca e entregue à coordenação.

Similar à qualificação na defesa, foi recebido também o cronograma com dia, horário, título do trabalho e tempo da apresentação com antecedência, isso possibilitou inclusive ajustes para alguns avaliadores e para a presidência da banca de avaliação.

O processo da produção científica não é tarefa simples, neste caso, fazer gestão em uma turma heterogênea, com presença de alunos com mestrado, doutorado e vários especialistas, bem como alguns com anos afastados da rotina acadêmica de estudos sistematizados. Os desafios foram muitos, mas os resultados foram melhores. Ao final, foram 28 (vinte e oito) artigos, todos passaram pela qualificação com critérios de análise e sugestões feitas pela banca avaliadora, momento em que todos foram ajustados, ao chegar na defesa. Portanto, podemos considerar que todos tinham requisitos metodológicos e de fundamentação teórica com índice de qualidade para serem aprovados e alguns, futuramente, serem publicados em revistas científicas, inclusive sem ajustes, o que pode ser considerado um dos aspectos positivos desta primeira experiência em formato remoto em um CAO na Polícia Militar do Mato Grosso.

A gestão do curso diferiu, uma vez que que estávamos em distanciamento social, tudo feito de modo remoto, com raros encontros presenciais, somente com o administrativo, o comandante da APMCV e com IFMT, representado pelo coordenador do curso. O único encontro presencial

dos discentes aconteceu na celebração de término do curso, com todos os convidados, que envolveu autoridades, comandos, comando geral, corpo docente e familiares, encontro este que foi possibilitado com a consideração do avanço da vacinação da COVID-19.

A gestão compartilhada<sup>92</sup> teve papel importante, um processo em parceria entre PMMT/APMCV e IFMT, amparados no termo de cooperação técnica<sup>93</sup> firmados entre IFMT e SESP/MT. E, em âmbito dos discentes, existiu um colegiado para participar de eventuais impasses, mas, durante o curso, pela ausência de maiores problemas, não foi necessário convocar o referido colegiado, sendo que os poucos impasses que ocorreram, foram resolvidos por meio de diálogo com a coordenação pedagógica.

A metodologia adotada, além de incentivar o protagonismo dos discentes na construção do conhecimento por meio do uso do AVA, de fórum, tarefas, pesquisa, seminários e outros previstos pelos docentes no plano de ensino, exemplo a sala de aula invertida, levou em conta o RED<sup>94</sup>, ensino presencial com aulas/atividades remotas mediadas por tecnologia do início ao final do curso, as aulas ocorreram todas no período matutino.

O curso começou em agosto de 2021, conforme cronograma estabelecido entre IFMT e APMCV, bem como o projeto de curso aprovado no Conselho Superior de Ensino e Pesquisa – CONSEP do IFMT com o término em maio/2022.

Para o acesso do corpo discente (Oficiais) a vagas, iniciou-se o trâmite pelo edital interno publicado no Comando Geral da Polícia Militar do

92 Um processo em que é compartilhado o trabalho, bem como saberes e experiências entre todos.

93 Termo de Cooperação n.º 0204/2020/SESP/MT celebrado entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso e a Secretaria de Estado de Segurança Pública - SESP/MT.

94 Instrução Normativa n.º 009, de 19 de agosto de 2020. Orienta procedimentos quanto à execução do regime de exercício domiciliar no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT e dá outras providências, conforme a lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.

Estado de Mato Grosso, com a duração do curso, número de vagas, requisitos, matrícula e processo seletivo. Na sequência, era obrigatório passar pelo processo seletivo do edital do IFMT, mas com um diferencial, já que a instituição só aprovou os Oficiais recomendados pela PMMT, isso significa que foi enviada a lista dos selecionados para o IFMT. Após a divulgação de aprovação fez-se a matrícula no portal da Instituição Federal, ao final foram dois processos de matrícula, um na instituição PMMT/APMCV e outro no IFMT, para que, ao término, houvesse certificado para a habilitação a Major e outro de especialista.

Por apontamento feito pelo IFMT, em função do momento pandêmico, houve sugestão de matrícula solidária prevista no PPC, da seguinte forma: a matrícula é o ato formal pelo qual se dará a vinculação acadêmica do estudante ao IFMT, após processo seletivo realizado pela PMMT, que faz a pré-seleção e envia a lista para o IFMT, mas é obrigatório, todos os(as)Capitães/Capitãs se inscreveram no processo e *site* do IFMT. Foi um processo de matrícula solidária, os Oficiais Capitães/capitãs não pagaram taxa, mas deviam doar uma cesta básica, que, ao final, as duas instituições fariam um evento de divulgação e entrega para a sociedade.

Os professores passaram por um processo de credenciamento, com critérios no diário oficial, que dizia: *Edital de credenciamento de professor e orientador acadêmico para o curso de aperfeiçoamento de Oficiais– especialização em gestão de segurança pública da Academia de Polícia Militar Costa Verde, da Polícia Militar de Mato Grosso* publicado em 9 de abril de 2021 número 27.975.

Consideramos um diferencial nesse credenciamento, agregar profissionais da segurança pública e civis de outros estados com experiências diferentes. O resultado foi que tivemos 18 (dezoito) docentes credenciados em primeiro lugar entre civis e militares. Sendo 2 (dois) pós-doutores, 11(onze) doutores, 4 (quatro) mestres e 1 (um) especialista, respectivamente dos estados Mato Grosso, São

Paulo, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahia e Brasília.

Concomitante ao credenciamento de docente, foi disponibilizado cadastro para orientador(a) e tivemos o seguinte resultado: entre a lista dos credenciados aptos, os discentes escolheram e convidaram 11 (onze) orientadores(as), todos mestres e doutores, exceto um especialista.

A coordenação pedagógica, após o término do credenciamento, fez convocação para todos os classificados em 1º lugar para uma capacitação com a aquiescência do Comandante da APM, momento em que foi feito alinhamento das ementas, construção do plano de ensino e guia de estudos (detalhamento de todas as ações educativas propostas) com todos os docentes, sobretudo, e diálogo sobre as disciplinas, além da discussão sobre o dever da formação de abarcar a diversidade de saberes e conhecimentos como diferencial na proposta. Em cada início da disciplina, um encontro individual virtual com o docente para finalizar o plano de ensino e/ou pedir ajustes. Todo esse movimento foi possível possibilitou a percepção de poucas lacunas e muitos docentes comprometidos, dinâmicos e sempre disponíveis para ajudar e/ou assessorar a coordenação pedagógica. Esta manteve efetivo diálogo com todos os docentes e orientadores, ao longo do curso, seja para elogiar, para lembrar do cronograma ou até fazer sugestões, com isso, muitas vezes foi necessário adotar uma postura mais incisiva, com os docentes, sobretudo para fazer cumprir o estabelecido no currículo oficial, em detrimento do oculto que, pode, transversal e ideologicamente, perpassar o processo formativo, desvirtuando-o (SILVA, 2017).

A articulação e o diálogo aconteceram de forma remota pela coordenação pedagógica, mas durante toda a execução do curso tinha, remoto, um coordenador militar<sup>95</sup>. O encerramento foi feito

95 Encerramos o curso com o Coordenador Militar Major PMMT Luiz Sérgio Assunção **Belmonte**.

sem a necessidade de procedimentos maiores, os impasses ao longo do curso foram resolvidos com diálogo e muito respeito entre todos e, muitas vezes, de forma privada pelo aplicativo de *WhatsApp*, ferramenta usada diariamente para disponibilizar informações no grupo de trabalho.

É importante registrar que os conflitos existiram, a relação pedagógica não é pacífica - até mesmo para enriquecimento do processo ensino-aprendizagem -, cada um tem a sua bagagem de conhecimentos e experiências que não são convergentes. Para o ensino dos adultos, eles têm uma quantidade de experiências, como consequência as estratégias de aprendizagem de adultos devem encorajar a troca de ideias, as experiências, sobretudo, precisam saber o que estão estudando e para que serve futuramente. (Santos, 2022).

Nos estudos deste autor, os adultos têm necessidade de entender para que serve e perceber o significado, uma questão recorrente neste CAO na Polícia Militar do Mato Grosso. Cada disciplina em que o docente não conseguia relacionar a importância do conteúdo na vida profissional, neste caso, no exercício de Oficial Superior, eles questionavam a coordenação, que precisou dialogar com os docentes ao longo do curso, fazendo os devidos ajustes, como deve ser um processo de construção do saber.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Iniciamos o nosso curso com muitas dúvidas e interrogações sobre como manter a qualidade, o monitoramento e a presença dos Oficiais nas atividades pedagógicas. Gradualmente, fomos amadurecendo aos questionamentos com diálogo e outros foram sanados via regulamento de curso.

Os coordenadores elaboraram o PPC com deferência às exigências do IFMT, igualmente, dando atenção às particularidades do Ensino Militar, sobretudo, apostamos na ideia de que as nossas práticas e experiências legitimam as nossas falas.

Adequamos o regulamento do curso para aulas remotas, que previa o limite de discentes em sala virtual para que pudessem garantir as câmeras ligadas, presença e participação entre todos. Não foi um processo fácil, pois é difícil para professores, alunos e coordenação em um processo de formação que não é possível o encontro presencial, como fizemos ao longo da vida, tornando-se em algum momento, difícil para ambos, no entanto, observamos que, antes do início das aulas, aconteciam brincadeiras, piadas e falas entre os discentes, o que se infere pensar que eles estavam em momentos de interação e diálogo, mesmo em ambiente remoto.

Constatamos que foram muitos desafios, sendo um deles a familiaridade com aulas remotas, para alguns docentes, discentes e outros atores envolvidos no processo. Um desafio que foi lentamente vencido com reuniões, diálogos e treinamentos, em especial para o AVA, inclusive com disponibilidade de agenda individual para o docente que, após o treinamento coletivo, poderia apresentar necessidade de mais informações.

Um momento ímpar e desafiador foi a qualificação e defesa dos artigos. Alguns discentes falaram com a coordenação porque gostariam que a banca fosse presencial, momento em que reforçamos a ausência de previsão presencial e que, para garantir o mesmo ambiente para todos, seria mantido o ambiente virtual, sendo outro fator impeditivo, que os componentes da banca de avaliação estavam espalhados em vários estados do Brasil, afora. Essa preocupação se tornou um ponto importante e de visibilidade social do curso, pois as bancas foram organizadas em cronogramas com dias e horários, na qualificação e na defesa, pudemos avaliar, pela qualidade dos artigos e pelas discussões conceituais e metodológicas proficuas, que se atingiu o resultado esperado.

Na transcorrer do curso, as dúvidas e indagações foram sendo respondidas, momento em que percebemos ser possível a implementação e gestão de um curso de ensino remoto em uma

instituição que prima pela disciplina e hierarquia, sobretudo também, tradicionalmente no formato presencial, que ao final trouxesse resultados satisfatórios. As estratégias de monitoramento foram garantidas e, no retorno do processo e aprendizagem, pudemos perceber com o produto materializado nos artigos científicos.

As mudanças causadas pela experiência foram visíveis com os discentes ao longo do curso, alguns deixaram de reclamar e focaram nas tarefas acadêmicas que não eram poucas, exemplo: preparar seminários, resenhas, apresentações e outras que pudessem incentivar a leitura e protagonismo e não serem expectadores em um ambiente virtual. Outra questão importante foi a avaliação, uma vez que, nas primeiras notas, houve um ruído, porque todos queriam nota máxima, momento em que a coordenação apoiou o professor para manter as notas, desafio que gerou amadurecimento e planejamento entre todos.

Durante todo o tempo, a coordenação esteve presente com diálogo no *WhatsApp* e no privado com aqueles que a situação requeria. O curso tinha um grupo de *WhatsApp* para manter as informações e para que a coordenação mantivesse com todos, que se falavam todos os dias e tinham livre acesso à coordenação, inclusive nos finais de aprendizagem.

semana. O momento que mais exigiu foco da coordenação foi a construção dos artigos científicos, por duas razões: o regulamento havia mudado para ser coerente com ensino o remoto e muitos conheciam o anterior e faziam muitas comparações e/ou muitas vezes queriam usar o modelo antigo. Aliado a esse fato, a exigência que tínhamos com a qualidade dos artigos era outra questão de muito foco e, conseqüentemente decisiva para legitimação e sedimentação desse processo em fase embrionária.

Por fim, avaliamos ser possível um curso de qualidade e com as exigências da instituição militar, sobretudo, manter todos com interação, sendo esse o desafio da coordenação, que precisa ser aberta ao diálogo, ao novo e ter foco na gestão diariamente. Uma recomendação que podemos inferir, como requisito de melhoria, para que o curso tenha total desempenho, é o envolvimento da instituição e comandos, sobretudo, entender a proposta e a dedicação que o curso exige dos Oficiais. É uma modalidade não presencial, mas que os encontros (aulas e demais eventos acadêmicos) eram síncronos, logo exigem foco e os discentes não devem ter missões/atividades no horário de aula, isso prejudica a presença e traz prejuízo no processo de ensino-

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Edson Francisco. **Gestão compartilhada da educação: o discurso e as práticas cotidianas no sistema de ensino do Recife. Educação.** Santa Maria, Santa Maria v.35, n.01, p.169-182, abr. 2010. Disponível em <[http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-64442010000100013&lng=pt&nrm=iso](http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-64442010000100013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 16/12/ 2022.
- BACICH, Lilian, MORAN, José. Orgs. **Metodologias ativas para uma educação inovadora: uma abordagem teórico-prática** [recurso eletrônico] /. – Porto Alegre: Penso, 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PARECER N.º CNE/CES 67/2003). **Referencial para as Diretrizes Curriculares Nacionais – DCN dos Cursos de Graduação.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0067.pdf>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PARECER CNE/CES N.º: 945/2019). **Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/132881-pces945-19/file>. Acesso em: 11 de dezembro de 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Consulta sobre a inclusão das Ciências Policiais no rol das ciências estudadas no Brasil.** (PARECER CNE/CES N.º: 945/2019) 2019. Disponível em: <https://atividadepolicial.com.br/wp-content/uploads/2020/06/Parecer-CNE-CES-n.-945-2019.pdf>. Acesso em: 13 de dezembro de 2022.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Diretrizes Curriculares Nacionais do curso de graduação em Administração.** (PARECER N.º CES/CNE 0134/2003) 2003. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces134\\_03.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/2003/pces134_03.pdf). Acesso em: 11 de dezembro de 2022.
- BRITO, Clovis da Silva. Metodologias ativas e o movimento da escola moderna portuguesa. In MARTINS, Gercimar. (Organizador). **Metodologias ativas: métodos e práticas para o século XXI.** Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020.
- COTTA, Francis Albert. **Ciências policiais e tecnologias inovadoras na segurança cidadã** (Org.) Francis Albert Cotta. - 1. ed. - Jundiaí [SP] : Paco, 2022. 196 p. (Estudos reunidos ; 119)
- DE FREITAS, L. F. O ENSINO DE SOCIOLOGIA NO CMRJ: RELATO DE EXPERIÊNCIA REMOTA. **Revista Científica Fundação Osorio**, v. 5, n. 1, p. 58-74, 27 nov. 2020. Disponível <http://ebrevistas.eb.mil.br/rcfo/article/view/6765/5849>. Acesso em 03/12/2022.
- GONÇALVES, Alessandra Sagica. Relação entre currículo escolar e pobreza nos anos iniciais do ensino fundamental. In MARTINS, Gercimar. (Organizador). **Metodologias ativas: métodos e práticas para o século XXI.** Quirinópolis, GO: Editora IGM, 2020.
- INSTRUÇÃO NORMATIVA N.º 009, DE 19 DE AGOSTO DE 2020**, Orienta procedimentos quanto à execução do Regime de Exercício Domiciliar no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso - IFMT e dá outras providências, em conformidade com a Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.
- SILVA, João Batista da. Formação policial-militar no século XXI: diagnósticos e perspectivas. Natal: Manimbu, 2017.